



CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

COMPANHIA ABERTA
CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8
AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A economia global apresentou um cenário de retração de investimentos e um ambiente de disputas comerciais entre Estados Unidos e China. A previsão para o ano de 2019 é de um crescimento da ordem de 3,5% para o PIB mundial.

As estimativas para o PIB do Brasil para o ano de 2018, ainda em apuração final, é de 1,36%. Para o ano de 2019 as estimativas de crescimento do PIB brasileiro indicam uma evolução de 2,4%.

A turbulência política no Brasil em 2018 e as indefinições sobre as reformas da previdência, a trabalhista, a tributária e a política criam um clima de incertezas, com reflexos negativos sobre o campo da economia brasileira.

A taxa básica de juros (SELIC) manteve-se em 6,50% nos últimos 9 meses do ano, acumulando uma redução de 7,15%, no período.

O IPCA, que reflete a evolução da inflação verificada no Brasil, registrou 3,75% em 2018. Para o ano de 2019 o mercado projeta uma inflação de 4,21%.

O desempenho do mercado de capitais em 2018, medido pelo índice BOVESPA, aponta para uma valorização de 15,0% no período, alcançando 87.887 pontos em 31/12/2018. Entretanto, os volumes de ações e de debêntures, registrados na CVM para oferta pública não foram significativos, totalizando R\$ 6.751.332 mil em ações, para 6 emissões e R\$ 2.703.610 mil em debêntures com 11 emissões.

O Balanço Patrimonial da Companhia não apresentou variações relevantes no exercício de 2018, como pode-se observar nos quadros abaixo.

As Demonstrações do Resultado do exercício de 2018 indicam receitas de R\$ 5.916,24, enquanto que as despesas totalizaram R\$ 190.226,76. Entre as rubricas que mais contribuíram para o montante das despesas destacam-se: Propaganda, Publicidade e Publicações, com R\$ 68.998,98; Taxas e Emolumentos, com R\$ 52.007,55; Serviços de Terceiros, com R\$ 47.369,68, sendo R\$ 30.553,58 referentes a Manutenção de Sistemas.

Desta forma, o resultado do exercício foi negativo da ordem de R\$ 184.310,52.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

Prudentemente a Companhia procede a atualização dos valores correspondentes às provisões para riscos.

A Companhia não efetuou operações no mercado no decorrer do exercício de 2018.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2018.

A Administração.

Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	221.752	221.919	Impostos e Taxas	1	-
	221.752	221.919	Não circulante		
Não circulante			Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	481	449
Tributos diferidos (Nota 3)	163	153	Patrimônio líquido (Nota 6)		
Depósitos judiciais	149	143	Capital social	210.200	210.200
	312	296	Reservas de lucros	11.382	11.566
				221.582	221.766
Total do ativo	222.064	222.215	Total do passivo e do patrimônio líquido	222.064	222.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(184)	(118)
Atribuível a:		
Controladores	(183)	(117)
Não Controladores	(1)	(1)
Outros componentes do resultado abrangente	0	0
Resultado abrangente do período	(184)	(118)
Atribuível a:		
Controladores	(183)	(117)
Não Controladores	(1)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2018	2017
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(186)	(112)
Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	(15)	(23)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(201)	(135)
Receitas financeiras	6	9
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(195)	(126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	8
Prejuízo líquido do exercício	(184)	(118)
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$	(0,0029)	(0,0017)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(195)	(126)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Provisão para riscos fiscais	15	23
	(180)	(103)
Variáveis de ativos e passivos operacionais:		
Aumento em depósitos judiciais	12	(9)
Aumento em tributos e taxas a pagar	1	-
	13	(9)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(167)	(112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	200.000
Caixa gerado nas atividades de financiamento	-	200.000
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(167)	199.888
Demonstração do aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	221.752	221.919
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	221.919	22.031
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(167)	199.888

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2018	2017
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6	9
Valor adicionado a distribuir	6	9
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos, taxas e emolumentos	157	104
Provisão para riscos fiscais	33	23
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-
Prejuízos absorvidos	(184)	(118)
Valor adicionado distribuído	6	9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2017	10.200	2.040	9.644	-	21.884
Aumento de capital social	200.000	-	-	-	200.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(118)	118	(118)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	210.200	2.040	9.526	-	221.766
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(184)	184	(184)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	210.200	2.040	9.342	-	221.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 04 de janeiro de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas

Continua »»»



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_f200b422-8569-4f3d-8482-e5c1e34f7b06..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES	31/01/2019 07:20:59 GMT-03:00	87124582000104 14833379015	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

COMPANHIA ABERTA
CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8
AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais

pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.904 (2017 - R\$ 22.801), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ (2017 - R\$ 22.801), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.787 (2017 - R\$ 7.752), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 163 (2017 - R\$ 153).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos - conta movimento	37	33
Aplicações financeiras	221.715	221.885
	221.752	221.918

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Por deliberação dos Órgãos da Administração da Companhia o Capital Social, em agosto de 2017, foi aumentado em R\$ 200.000.000,00, com a emissão privada de 62.350.262 de ações ordinárias, integralizadas em espécie.

Em 31 de dezembro de 2018 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

8. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 313, em 31 de dezembro de 2018, (2017 - R\$ 306) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 168, em 31 de dezembro de 2018, (2017 - R\$ 143), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

9. Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2018	2017
Serviços de terceiros	47	29
Impostos taxas e emolumentos	52	27
Publicações	87	57
	186	113

Leonildo Migon Presidente	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	PARECER DO CONSELHO FISCAL
Carlos Eduardo Provenzano Diretor de Relações com Investidores	"O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas".	"Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2018, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2018 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2019, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas"
Olavo Cesar Dias Medeiros Diretor Técnico		
Paulo Cesar Santana Nunes Contador CRCRS 034346/0-4 CPF 139.198.490-00	Flávio Pompermayer Luiz Gonzaga Veras Mota	Fernando Rodrigues Conselheiro
	Luís Antônio Medina Gomez Ricardo Richiniti Hingel	Cristiane Costa da Rosa Conselheira
		Cristoferli Wingert Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITORE INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

De acordo com o item 9 da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

- a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente;
- b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alta incerteza de estimativa;
- c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

Contudo, conforme item A59 da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, entidade com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa, foi o caso da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que no exercício de 2018 apresentou um número reduzidíssimo de operações.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedi-

mentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional

ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 11 de janeiro de 2019.



EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1.544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CRC/RS 30.361



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_2a27ec8a-536a-4390-bec2-f60f9c246934..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES	31/01/2019 07:22:46 GMT-03:00	87124582000104 14833379015	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.